



PERIÓDICUS

ISSN: 2358-0844

n. 10, v. 1 nov.2018-abr. 2019

p. 51-71.

A (re) execução de Marielle Franco a partir das lentes de O Globo no Twitter

Paula Silveira Barbosa¹

Paula Melani Rocha²

RESUMO: A execução da vereadora Marielle Franco e de Anderson Pedro Gomes comoveu o país pela brutalidade, violação dos direitos humanos e afrontamento aos movimentos sociais. A repercussão ultrapassou as fronteiras geográficas do Brasil. Além das ruas, as redes sociais também foram canais das manifestações. No entanto, o espaço ainda foi usado para veicular discursos de ódio, homofóbicos, misóginos, racistas e difundir "notícias falsas" sobre a vereadora. A reflexão discute a cobertura do jornal O Globo sobre o caso Marielle Franco. O objetivo é detalhar os sentidos atribuídos ao crime e seus desdobramentos, a partir das publicações de O Globo no Twitter. Observou-se por meio da análise do discurso francesa cinco dias de postagens, somando 29 *tweets*. Verificou-se a tentativa do periódico de despolitizar a execução da vereadora, assim como o silenciamento em torno da difusão de informações falsas sobre a parlamentar.

PALAVRAS-CHAVE: Violação Moral; Redes Sociais; Jornalismo; Twitter; Análise do discurso.

Abstract: The execution of councilwoman Marielle Franco and Anderson Pedro Gomes commoved the country by the brutality, violation of human rights and confrontation with social movements. The repercussion crossed the geographical borders of Brazil. In addition to the streets, social networks were also channels of demonstrations. However, space was still used to convey hate speeches, homophobic, misogynist, racist and spread "fake news" about the councilwoman. The reflection discusses the coverage of the newspaper O Globo on the Marielle Franco case. The aim is to detail the meanings attributed to the crime and its consequences, from the publications of O Globo on Twitter. It was observed through the analysis of French speech five days of posts, adding 29 tweets. The newspaper's attempt to depoliticize the execution of the councilwoman was verified, as well as the silencing around the diffusion of "fake news" on the parliamentarian.

Keywords: Moral violation; Social networks; Journalism; Twitter; Speech analysis.

Resumen: La ejecución de la concejal Marielle Franco y de Anderson Pedro Gomes conmovió al país por la brutalidad, violación de los derechos humanos y ofensa a los movimientos sociales. La repercusión sobrepasó las fronteras geográficas de Brasil. Además de las calles, las redes sociales también fueron canales de las manifestaciones. Sin embargo, el espacio fue utilizado también para transmitir discursos de odio, homofóbicos, misóginos, racistas y difundir "noticias falsas" sobre la concejal. La reflexión discute la cobertura del diario O Globo sobre el caso Marielle Franco. El objetivo es detallar los sentidos atribuidos al crimen y sus desdoblamientos, a partir de las publicaciones de O Globo en Twitter. Se observó por medio del análisis del discurso de línea francesa cinco días de posts, sumando 29 tweets. Se verificó el intento del periódico de despolitizar la ejecución de la concejal, así como el silenciamiento en torno a la difusión de informaciones falsas sobre la parlamentaria.

Palabras clave: Violación moral; Redes sociales; Periodismo; Twitter; Análisis del discurso.

¹ Graduada em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade de Brasília (UnB), mestranda em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). E-mail: paulaevelyn.b@gmail.com

² Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP), graduação em Jornalismo pela Faculdade Cásper Líbero, mestrado e doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (Ufscar). Tem pós-doutorado em Jornalismo pela Universidade Fernando Pessoa, Porto-Portugal. Professora do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo e da graduação em Jornalismo da UEPG. Coordena os grupos de pesquisa O Conhecimento no Jornalismo e Jornalismo e Gênero. E-mail: paulamelani@gmail.com

Recebido em 04/09/18

Aceito em 11/11/18

1. Introdução

No dia 14 de março de 2018, a vereadora Marielle Franco³ e seu motorista Anderson Pedro Gomes foram executados dentro do carro, no bairro do Estácio, na região central do Rio de Janeiro, à noite, quando retornavam do evento "Jovens Negras Movendo as Estruturas", que ocorreu na Rua dos Inválidos, na Lapa. Os criminosos dispararam 13 tiros contra as vítimas. Uma outra passageira ficou ferida. Marielle Franco foi a vereadora mais votada da Câmara do Rio de Janeiro, na eleição municipal de 2016. Criada no complexo da Maré⁴ (RJ), filiada ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), socióloga e mestra em Administração Pública, ela construiu uma trajetória demarcada pelo ativismo em defesa da população pobre do Rio de Janeiro, das comunidades negra e LGBTQ+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e mais) e em defesa dos direitos humanos.

Após cinco meses da execução, os criminosos ainda não foram identificados pelas autoridades, tampouco as causas do crime foram reveladas pela equipe da polícia que investiga o caso. A execução repercutiu rapidamente nos movimentos sociais e na esfera política. Indignada, a população ocupou as ruas de várias cidades brasileiras, como Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Maceió, Brasília, Recife, Porto Alegre, Santos, Florianópolis, Ponta Grossa entre outras⁵. Ocorrem também manifestos internacionais na Argentina, Colômbia, Espanha, Estados Unidos, Irlanda e Inglaterra.

³ Disponível em: <<https://bit.ly/2IxzqK0>>. Acesso em 19 jul 2018.

⁴ Bairro localizado na zona norte do Rio de Janeiro, às margens da avenida Brasil. Formado por 16 comunidades entre sub-bairros, conjuntos habitacionais e favelas, o bairro abriga 140 mil pessoas que habitam mais de 40 mil domicílios, de acordo com o Censo de Empreendimentos Maré (2016). É considerado um dos maiores conjuntos de favelas do Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://bit.ly/2FrLa38>>. Acesso em 31 ago 2018.

⁵ Brasil de Fato. Disponível em: <<https://bit.ly/2B0x9Fs>>. Acesso em 30 ago 2018.





Figura 1 - 50 mil pessoas participam de ato ecumênico de despedida da vereadora Marielle e de Anderson Gomes, no Rio de Janeiro.

Fonte: reprodução da internet/ Mídia Ninja, 2018⁶

Ao contrário das ruas, onde as pessoas se uniram para se manifestar contra a barbárie da execução e cobrar investigações das autoridades competentes, as redes sociais, além de terem sido ocupadas por manifestações de apoio, foram usadas para a difusão massiva de informações falsas. Aqui, essas mensagens são entendidas como violações morais (DINIZ, 2012) à parlamentar. Por violações morais, entende-se o desrespeito aos direitos da personalidade - tutelados em cláusula pétrea constitucional (DINIZ, 2012, p. 136).

“A par dos direitos patrimoniais e dos direitos pessoais a pessoa natural tem direitos da personalidade. [...] Se houver violação à sua imagem, à sua honra objetiva etc., fará jus à reparação por dano moral (DINIZ, 2012, p. 131).

Um mês após a execução, a força-tarefa de advogadas voluntárias, criada em defesa da memória da vereadora, já havia recebido dois mil e-mails com denúncias⁷. As difamações foram divulgadas, principalmente, por meio de redes sociais. Assim, questiona-se: qual é o papel do jornalismo nesse contexto? Entende-se que o jornalismo, enquanto partícipe do processo de construção social da realidade (BERGER & LUCKMANN, 2004), tem a responsabilidade não apenas de produzir informação de interesse público, como também de agir na contra-informação, sempre

⁶ Disponível em: <<https://bit.ly/2B0x9Fs>>. Acesso em 04 set 2018.

⁷ Informação retirada de: <<https://glo.bo/2HFPqsj>>. Acesso em 19 jul 2018.



prezando pela veracidade dos fatos.

Esses preceitos encontram-se no código de ética dos jornalistas brasileiros (FENAJ, 2007). No artigo 6º, está estabelecido que é dever do jornalista “opor-se ao arbítrio, ao autoritarismo e à opressão, bem como defender os princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos” (FENAJ, 2007, p. 1). Uma das garantias estabelecidas na declaração é o direito à informação, descrito no artigo 19 da seguinte forma:

todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948, p. 11).

Numa interface com o jornalismo, o entendimento que temos sobre o artigo 19 é o de que a imprensa é um dos atores centrais na garantia do direito à informação. Isso inclui não apenas a responsabilidade sobre os conteúdos produzidos por seus profissionais, como aqueles que ganham notoriedade e interesse por parte do público. De modo que é dever dos jornalistas mediar essa interação, usando suas ferramentas na verificação das mensagens disponíveis para a sociedade. Idealmente, o objetivo que deveria guiar essas ações é sempre a qualidade da informação para o aprimoramento do debate público.

Sendo assim, a proposta deste artigo é identificar os sentidos produzidos pelo discurso do jornal *O Globo*, ao relatar a execução de Marielle, assim como a repercussão do caso e as violações morais propagadas nas redes sociais. A escolha de *O Globo* deve-se ao fato de o jornal estar sediado no Rio de Janeiro, onde ocorreu o crime, além de esse ser o jornal com maior circulação na cidade (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS JORNAIS, 2015)⁸. No meio digital, o periódico também lidera a audiência. Em 2017, o *site* de *O Globo* foi o mais acessado entre os portais jornalísticos brasileiros. Em média, 21,6 milhões de pessoas acessaram o site do GLOBO por mês no ano passado⁹, segundo a *comScore*, empresa que reúne dados de audiência de todos os sites.

Como estamos inseridos num contexto de convergência (SALAVERRÍA, 2009), optamos por analisar as publicações no perfil de *O Globo* no *Twitter*. No âmbito jornalístico, foco do debate que propomos aqui, adotamos a seguinte definição:

⁸ Disponível em: <<http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/>>. Acesso em 30 ago 2018.

⁹ Informação recuperada de: <<https://glo.bo/2FjG8FW>>. Acesso em 31 ago 2018.



A convergência jornalística é um processo multidimensional que, estimulado pela implementação generalizada de tecnologias digitais afeta atualmente as empresas de mídia e segundo o qual as áreas de tecnologia, negócios, profissionais e conteúdo dessas empresas experimentam os respectivos fenômenos móveis, caracterizados pela integração de ferramentas, espaços, métodos de trabalho e línguas previamente desintegradas (SALAVERRÍA, 2009, p. 7, tradução nossa¹⁰).

É importante destacar que a internet ampliou o acesso à comunicação, facilitando a produção de conteúdo por atores sociais diversos. No entanto, esse meio de comunicação também tem sido apropriado para propagar calúnias e mentiras, impulsionar violações morais, e difamar pessoas, impulsionando discursos de ódios. Como afirma Silva *et al* (2011), trata-se de:

uma manifestação segregacionista, baseada na dicotomia superior (emissor) e inferior (atingido) e, como manifestação que é, passa a existir quando é dada a conhecer por outrem que não o próprio autor (SILVA *et al.*, 2011, p. 447).

As autoras complementam que a existência do discurso de ódio ocorre quando há a transposição do plano das ideias (abstrato) para o plano fático (concreto). Normalmente o discurso de ódio é dirigido a grupos minoritários e vulneráveis, ou seja, àqueles que não ocupam uma posição de dominância na sociedade (SÉGUIN, 2002). Com o advento da internet, a materialização desse discurso ganha mais visibilidade e seu potencial de dano é ampliado. Nesse sentido, é pertinente recuperar a seguinte consideração de Castells:

Na sociedade em rede, os discursos são gerados, difundidos, disputados, internacionalizados e finalmente incorporados na ação humana, na esfera de comunicação socializada construída em torno de redes locais-globais de comunicação digital multimodal, inclusive a mídia e a internet. O poder na sociedade em rede é o poder da comunicação (CASTELLS, 2015, p. 100).

A pertinência da discussão que propomos neste estudo reside no fato de que o advento da internet reconfigurou os modos de produção e distribuição da notícia (AGUIAR & BARSOTTI, 2017; ZAGO, 2012) e tem pressionado os jornalistas na busca pela validade dos conteúdos disponíveis na rede. A partir dessa reflexão, as provocações são: De que forma as reações à execução de Marielle Franco foram assimiladas por *O Globo*? Qual foi o tratamento dado ao crime? Como o jornal lidou

¹⁰ “La convergencia periodística es un proceso multidimensional que, propiciado por la implantación generalizada de las tecnologías digitales, afecta actualmente a las empresas de medios de comunicación y conforme al cual las esferas tecnológica, empresarial, profesional y de contenidos de esas empresas experimentan respectivos fenómenos de mudanza, caracterizados por una integración de herramientas, espacios, métodos de trabajo y lenguajes anteriormente disgregados” (SALAVERRÍA, 2009, p. 7).



com a propagação de mensagens falsas sobre a vereadora no *Twitter*?

Para responder a essas indagações, o estudo está dividido em quatro partes: a primeira consiste numa breve contextualização sobre o uso da internet para difusão de discurso de ódio. Posteriormente, discutimos sobre o fazer jornalístico na sociedade em rede. Em seguida, apresentamos a pertinência da análise do discurso francesa para compreender a atuação de *O Globo* na cobertura do caso. Finalmente, são expostos e debatidos os resultados.

2. Discurso de ódio na internet

Estudo do sociólogo Luiz Valério Trindade mostra que as mulheres negras são as principais vítimas de discriminação e discurso de ódio nas redes sociais. Em sua tese, Trindade estudou durante quatro anos, de 2012 a 2016, mensagens veiculadas nas redes sociais brasileiras e entre os resultados constatou que 81% das vítimas de discurso depreciativo são mulheres negras entre 20 e 35 anos, bem-sucedidas profissionalmente, e 65% dos responsáveis pela disseminação do racismo são homens na faixa etária de 20 e 25 anos. O pesquisador analisou 109 páginas do *Facebook*, 19 mil perfis de usuários e 224 artigos jornalísticos que abordam casos de racismo nas redes sociais¹¹.

Ao ascender socialmente, as mulheres negras brasileiras rompem esta ‘linha invisível’ e frustram a ideologia que nutre a enraizada percepção estereotipada de que elas não são merecedoras de ocupar espaços sociais associados com privilégio, prestígio e visibilidade qualificada. Pelo contrário, de acordo com tal ideologia, elas deveriam estar engajadas unicamente em atividades de baixa qualificação, subserviência e pouca ou nenhuma visibilidade social. Nesse contexto, me recorde que um dos inúmeros posts altamente depreciativos que analisei trazia o seguinte comentário a respeito de uma mulher negra que havia publicado fotos dela e de seu parceiro quando em viagem de férias pela Europa: “O lugar de mulher negra não é viajando pela Europa, mas sim no campo colhendo algodão” (TRINDADE, 2018, s/p).

Marielle Franco representava uma ameaça aos donos do poder, ou seja, ao perfil majoritário daqueles que ocupam cadeiras no parlamento. Contudo, mais do que o valor simbólico de sua chegada à Câmara Municipal do Rio de Janeiro, sua atuação também colocou em protagonismo as causas de diversos grupos vulneráveis¹². Para ilustrar esse cenário de sub-representação das mulheres negras,

¹¹ Entrevista concedida ao site Fórum em 30 de agosto de 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2PltoyI>>. Acesso em 31 ago 2018.

¹² Os projetos de Marielle Franco, aprovados após a execução da vereadora, beneficiavam mulheres, especialmente as negras, mães, lésbicas, bissexuais e transexuais. Detalhes sobre as propostas podem ser conferidas em: <<https://bit.ly/2DiRyHD>>. Acesso em 24 out 2018.



citamos uma pesquisa do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc)¹³, publicada em 2016, a respeito das eleições municipais daquele ano – quando Marielle foi eleita.

Para o cargo de vereador, foram 460.651 candidaturas em todo o Brasil. Dessas, 151.390 (32,9%) são de mulheres, mas somente 15,3% (70.265) de mulheres negras. Considerando somente as mulheres que se auto-declararam 'pretas', essa proporção é de 2,8% do total de candidatos a vereador em todo o Brasil (INESC, 2016, s/p)¹⁴.

Além das questões mencionadas acima, é importante dizer que o Brasil tem diversos casos recentes de linchamento virtual, promovidos a partir de discursos de ódio. Talvez o mais emblemático tenha sido a divulgação de vídeos em que uma adolescente carioca era alvo de estupro coletivo, em 2016. Além do absurdo da divulgação, o que se viu em seguida foi a disseminação em massa de boatos e ofensas à jovem (MACHADO & SILVEIRA-BARBOSA, 2017).

Parlamentares vinculados à defesa dos direitos humanos, no Brasil, também são alvos constantes de disseminação de mentiras em rede. Os deputados federais Jean Wyllys e Maria do Rosário são os exemplos, talvez, mais recorrentes de políticos hostilizados virtualmente. A propagação de mentiras sobre eles é tão exacerbada que os seus sites pessoais passaram a contar com uma seção para desmentir as calúnias difundidas a seu respeito¹⁵.

Apesar de estarmos vivendo sob o paradigma digital (CASTELLS, 2015), não é possível atribuir essas violações às ferramentas digitais ou ao advento da internet. O Brasil tem uma vasta trajetória no que se refere à promoção de linchamentos públicos, antes mesmo do surgimento da internet. O sociólogo José de Souza Martins, por exemplo, mostra que ocorre pelo menos um linchamento por dia no país. O autor também aponta que, nos últimos 60 anos, cerca de um milhão de brasileiros participaram de linchamento ou tentativa de linchamento (MARTINS, 2015). As conclusões do pesquisador revelam como a violência foi naturalizada no cotidiano do povo brasileiro e que, portanto, suas raízes são bem mais antigas do que se imagina.

A pesquisadora Eliane Freitas atualiza a noção de linchamento, conectando-a ao meio virtual,

¹³ Organização não-governamental, fundada em 1979, cujo objetivo é ampliar a participação social na esfera política. Mais informações em: <<http://www.inesc.org.br/quem-somos>>. Acesso em 24 out 2010.

¹⁴ Estudo completo publicado em: <<https://bit.ly/2cGq29j>>. Acesso em 24 out 2010.

¹⁵ No site de Jean Wyllys, a seção chama-se “verdade ou mentira” e pode ser conferida no seguinte link: <<http://jeanwyllys.com.br/wp/verdade-ou-mentira>>. Acesso em 24 out 2018. A página de Maria do Rosário, por sua vez, desmente os boatos na seção “compartilhe a verdade”, disponível em: <http://mariadorosario.com.br/compartilhe_a_verdade/>. Acesso em 24 out 2018.



e ampliando a significação do conceito. Antes, essa definição era limitada pelo ataque físico, de forma massiva, contra um indivíduo ou um grupo. Atualmente,

O *shaming* pode ser imposto por meio de *cyberbullying* (*bullying* virtual), *revenge porn* (pornografia de vingança), discurso de ódio ou linchamento virtual. Essas práticas e o que elas representam parecem ser englobadas conceitualmente por noções como cultura da humilhação e cultura de ódio (FREITAS, 2017, p. 154).

O desenvolvimento das tecnologias digitais rompeu as fronteiras entre o que seria a vida *online* e a vida *off-line*. Sendo assim, a violência naturalizada que estrutura nossas relações passou a ser observada também no meio digital. Este, por sua própria natureza, ampliou os impactos gerados por essa violência, assim como a gravidade dela.

3. O fazer jornalístico na sociedade em rede

O Brasil é o segundo país em número de usuários no *Twitter*, com 33,3 milhões de perfis conectados a essa rede. Ficamos atrás apenas dos Estados Unidos que tem 107,7 milhões¹⁶. Apesar da expressividade dos números, destacamos que o olhar científico voltado para o *Twitter* tem razões ainda mais importantes. A ampliação do foco de estudos - do jornal para as mídias digitais - acompanha a mudança no processo de produção e consumo das notícias (SALAVERRÍA, 2009). Alguns estudiosos da Comunicação já constataram transformações como a questão das notícias distribuídas. Esse processo consiste no acesso à informação jornalística a partir de redes sociais (AGUIAR & BARSOTTI, 2017; ZAGO, 2012).

Consideramos que essa reconfiguração na distribuição do conteúdo jornalístico exerce influência inclusive sobre a forma textual das notícias. Também é importante ponderar sobre o cenário de hiperconcorrência informativa a que estamos submetidos (CASTELLS, 1999; 2015). Com a quantidade de conteúdo em circulação na rede, a atenção do internauta é disputada por diversos atores.

Nesse sentido, ao considerarmos o âmbito jornalístico, a interpelação pela singularidade do relato noticioso é cada vez mais urgente. Assim, uma unidade informativa (formalmente) básica, como o *tweet*, deixa de ser compreendida apenas como chamada noticiosa, para ser vista como o que expressa o singular, isto é, o elementar da notícia. Neste contexto, o *tweet* pode ser compreendido

¹⁶ Recuperado de: <<https://glo.bo/2T7bouE>>. Acesso em 12 ago 2018.



como uma estrutura que talvez reflita mais singularidade do que o parágrafo inicial de uma notícia, que seria formalmente o que chamamos de lide. Esse elemento jornalístico é definido como a parte mais importante e singular da notícia, uma vez que deve responder às seguintes questões: O quê? Quem? Quando? Onde? Como? Por quê?

No cenário atual, as mídias digitais ampliam o alcance de nossas mensagens, independentemente de seu conteúdo. Dessa forma, as particularidades desse contexto reforçam a função social do jornalismo, demonstrando que, talvez, agora, mais do que nunca, essa atividade é essencial.

Se a rede coloca qualquer conteúdo num clic, necessitamos de profissionais que nos indiquem onde está a informação valiosa. Mais ainda: necessitamos que a tornem relevante, inteligível e amena. Só desta forma a informação irá adquirir significado e poderá ser interpretada pelo público (SALAVERRÍA, 2015, p. 83).

Entretanto, é importante destacar que a questão das “notícias falsas”¹⁷ ou da “pós-verdade”¹⁸ não são adventos da era digital. Como pontua Burke (2018), o protagonismo desse debate, atualmente, tem a ver com o potencial de circulação das mensagens, dadas às possibilidades ofertadas pela internet. Embora não se deva subestimar essa questão, o historiador pontua que não se deve perder de vista a discussão crítica sobre a função social da mídia (BURKE, 2018, p. 16). E essa é a perspectiva que adotamos neste estudo, com foco no jornalismo.

4. A busca pelos sentidos e a pertinência da análise do discurso francesa

Neste estudo, adotamos a visão do jornalismo enquanto parte do processo de construção social da realidade. Sua essência se baseia na linguagem, aqui entendida na perspectiva de Berger e Luckmann (2004). Os autores apontam que a linguagem consiste num sistema de sinais capaz de construir “imensos edifícios de representação simbólica” (BERGER & LUCKMANN, 2004, p. 61).

Além disso, os pesquisadores teorizam sobre a qualidade objetiva da linguagem, pontuando que ela é a responsável por possibilitar a apreensão do mundo externo ao indivíduo. No contexto em que vivemos atualmente, o jornalismo é, provavelmente, uma das instituições com maior potencial

¹⁷ Termo que remete a conteúdos mentirosos postados nas redes sociais. Consideramos que essa expressão não tem qualquer correspondência com a realidade. A denominação, portanto, é ambígua por carregar a palavra notícia, pois a conceituação de notícia implica o relato de um acontecimento real.

¹⁸ Segundo o Dicionário Oxford, trata-se de um substantivo “que se relaciona ou denota circunstâncias nas quais fatos objetivos têm menos influência em moldar a opinião pública do que apelos à emoção e crenças pessoais”. Informação recuperada de: <<https://bit.ly/2gecAcC>>. Acesso em 02 set 2018.



de alcance, considerando a linguagem como uma relação de poder.

No entanto, não se pode tomar o jornalismo de maneira isolada do contexto social no qual ele está inserido. Mesmo porque no desenvolvimento de sua função essencial, o jornalismo já não está descolado de forças políticas. Como aponta Robert Park: “a publicação dará à notícia o caráter de um documento público. A notícia é mais ou menos autenticada pelo fato de ter sido exposta ao exame crítico do público” (PARK, 2008, p. 62).

Feitas essas considerações, passamos agora a tratar da análise do discurso francesa (AD) como proposta metodológica adequada aos objetivos deste artigo. Ao optar pela AD, propomos uma articulação entre a língua, a história e o sujeito. elementos fundamentais no desenvolvimento dessa metodologia (ORLANDI, 2003), que estabelece o discurso como lugar para observar essa interação. Neste estudo, será verificada a materialidade da língua a partir do conteúdo dos *tweets*, a materialidade histórica expressa no contexto da execução de Marielle Franco, além do sujeito, que neste caso é o jornalista no exercício da profissão dentro do ambiente digital. Como recorda Maingueneau a análise do discurso:

se apoia crucialmente sobre os conceitos e os métodos da linguística, mas este não é, com toda evidência, um traço bastante discriminador. Na verdade, é preciso levar em consideração outras dimensões; a AD relaciona-se com textos produzidos: — no quadro de instituições que restringem fortemente a enunciação; — nos quais se cristalizam conflitos históricos, sociais, etc.; — que delimitam um espaço próprio no exterior de um interdiscurso limitado (MAINGUENEAU, 1997, p. 13-14).

Também é necessário discutir a noção de formação discursiva. Orlandi (2009) aponta que este é um elemento fundamental na AD francesa e o define como sendo “aquilo que em uma formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada – determina o que pode e deve ser dito” (2009, p. 43). Dessa forma, entende-se que os sentidos não são predeterminados pela língua, o que direciona a busca pelos sentidos para as formações discursivas.

Dado o volume de publicações envolvendo o caso, além do espaço limitado do artigo, foram escolhidas cinco datas marcantes para a seleção dos *tweets*. São elas:

- a) 14 de março - execução;
- b) 15 de março - enterro;
- c) 19 de março - registro de 15 mil denúncias de notícias falsas;
- d) 20 de março - ato ecumênico, após sete dias do crime;



- e) 22 de março - determinação judicial para que YouTube retire conteúdos falsos sobre Marielle Franco da internet.

Tabela 1 - Descrição do corpus de análise

| TEXTO DO TWEET | DATA | RTs | CURTIDAS | COMENTÁRIOS | TOTAL |
|---|-------------|------|----------|-------------|-------|
| Vereadora Marielle Franco é assassinada a tiros na região central do Rio | 14 de março | 2179 | 5057 | 812 | 8048 |
| Marielle Franco: negra, moradora da Maré e a quinta vereadora mais votada do Rio | 14 de março | 486 | 1600 | 191 | 2277 |
| "Quanto mais vão precisar morrer para que essa guerra acabe?", escreveu Marielle Franco um dia antes de ser morta | 14 de março | 6060 | 11095 | 383 | 17538 |
| | | | | | |
| Manifestação é marcada após morte de vereadora Marielle Franco | 15 de março | 140 | 540 | 118 | 798 |
| Corpo de Marielle Franco será levado para Câmara Municipal do Rio | 15 de março | 30 | 150 | 14 | 194 |
| Assassinos sabiam lugar exato que vereadora Marielle Franco ocupava em carro | 15 de março | 240 | 586 | 47 | 873 |
| Quatro dias antes de ser assassinada, Marielle Franco denunciou ação da PM | 15 de março | 274 | 873 | 113 | 1260 |
| Fundadora de projeto social na Maré usava Marielle Franco como exemplo para crianças e jovens | 15 de março | 18 | 64 | 314 | 396 |
| Marido maravilhoso', diz mulher de motorista assassinado junto com Marielle Franco | 15 de março | 21 | 161 | 725 | 907 |
| Multidão ocupa frente da Câmara de Vereadores do Rio em homenagem a Marielle Franco | 15 de março | 42 | 134 | 484 | 660 |



| | | | | | |
|--|-------------|-----|-----|-----|-----|
| Deputados fazem tributo a Marielle Franco no Parlamento Europeu | 15 de março | 57 | 197 | 12 | 266 |
| Velório de Marielle Franco mobiliza milhares de pessoas na Cinelândia | 15 de março | 50 | 200 | 20 | 270 |
| Morte de Marielle Franco gera protestos ao redor do mundo | 15 de março | 121 | 436 | 21 | 578 |
| Universidades liberam alunos e servidores para velório da vereadora Marielle Franco | 15 de março | 43 | 267 | 23 | 333 |
| ‘Morre um pouco de cada uma de nós’, diz Cármen Lúcia sobre assassinato de Marielle | 15 de março | 45 | 247 | 59 | 351 |
| ‘Mataram a minha mãe e mais 46 mil eleitores’, escreve a filha de Marielle Franco | 15 de março | 89 | 367 | 13 | 469 |
| Caio Blat, Claudia Abreu e Luisa Arraes fazem sessão aberta de peça como homenagem a Marielle | 15 de março | 27 | 169 | 14 | 210 |
| O adeus a Marielle Franco: sob aplausos e forte emoção, familiares, amigos e parlamentares acompanharam o cortejo e se emocionaram ao lembrar da vereadora, que levantava as bandeiras do feminismo e da defesa da população das favelas | 15 de março | 144 | 485 | 27 | 656 |
| ONU cobra rapidez e transparência nas investigações do assassinato de Marielle Franco | 15 de março | 111 | 377 | 205 | 693 |
| Protestos contra a morte de Marielle Franco reúnem dezenas de pessoas em Lisboa e Nova York | 15 de março | 146 | 472 | 25 | 643 |
| Também vereador, Renato Cinco é assaltado logo após deixar local onde Marielle Franco morreu | 15 de março | 160 | 439 | 123 | 722 |
| Neymar homenageia Marielle: | 15 de | 73 | 438 | 87 | 598 |



| | | | | | |
|--|-------------|-----|------|-----|------|
| 'Não vão nos calar' | março | | | | |
| Katy Perry homenageia Marielle Franco e recebe irmã e filha da vereadora em show no Rio | 19 de março | 499 | 2779 | 101 | 3379 |
| 'Por que eu não estava no lugar do Anderson?', diz viúva de Marielle | 19 de março | 51 | 314 | 68 | 433 |
| Desembargadora que difamou Marielle ironizou denúncias de assédio sexual e inclusão social | 20 de março | 134 | 219 | 141 | 494 |
| Viola Davis homenageia Marielle e Anderson: 'Estou lutando com vocês, Brasil' | 20 de março | 761 | 2865 | 133 | 3759 |
| Washington Post repercute assassinato de Marielle Franco em capa desta terça | 20 de março | 144 | 333 | 25 | 502 |
| MC Carol lança música em homenagem a Marielle Franco | 22 de março | 23 | 116 | 57 | 196 |
| Justiça manda Youtube retirar do ar vídeos com ofensas a Marielle Franco | 22 de março | 100 | 607 | 32 | 739 |

Fonte: elaboração das autoras (2018)

Nas datas elencadas acima, foi procurado o nome da vereadora no perfil de *O Globo* no *Twitter*. Assim, foram encontrados 29 *posts*, reportando notícias publicadas no *site* do jornal¹⁹. Como o foco desta investigação reside nos sentidos produzidos pela reportagem, foram excluídos da análise os *tweets* relativos a artigos de opinião e republicação de mensagens (*retweets*). A compilação do material evidenciou três formações, que discutiremos na seção a seguir.

¹⁹ A coleta de dados foi feita a partir da ferramenta de busca disponibilizada pelo próprio *Twitter*, dentro do perfil de *O Globo*. A palavra-chave utilizada foi "Marielle". Os resultados da busca podem ser conferidos em: <<https://bit.ly/2zM3Moy>> Acesso em 07 ago 2018.



5. Os sentidos do acontecimento pelas lentes de O Globo

5.1. Repercussão: constituição de uma figura simbólica

A formação discursiva mais evidente, em números, é a que chamaremos aqui de repercussão. Nesta primeira etapa, foi observado o modo como o jornal reportou atos de homenagem, protestos e de solidariedade, após o crime contra a vereadora. Essas publicações estão concentradas, principalmente, no dia 15 de março, ou seja, um dia após a execução da parlamentar e também a data do enterro dela. Dos 29 *posts* selecionados, 19 foram feitos nesse dia.

Em geral, o nome de Marielle Franco é precedido do título de vereadora. Embora haja o entendimento de que o crime foi motivado por razões políticas, a menção ao cargo de Marielle parece ser algo protocolar. Ou seja, não há, por parte de *O Globo*, o entendimento de que a execução de Marielle foi um crime político direcionado especificamente para o espectro político no qual ela se encaixava, a esquerda progressista. Nesse sentido, destaco um trecho do editorial do periódico, publicado três dias após a execução de Marielle:

Fica em segundo plano o fato de Marielle ter sido vereadora do PSOL. Os atingidos foram todos que têm representação política obtida pelo voto, todos os eleitores, o próprio estado democrático de direito.

Também precisa ser relativizada a questão de a vereadora representar o trinômio “preta, mulher, favelada”, tão usado em proselitismos. Importa é que bandidos, com esse assassinato, buscam sinalizar que o poder é deles. Fosse Marielle “branca e rica”, a execução precisaria provocar a mesma reação do Estado e na sociedade. A morte de Marielle não pode ser apropriada por interesses partidários ou sectários. À esquerda e à direita. Será impedir que o crime possa mesmo ser um divisor de águas no confronto que Estado e sociedade travam contra o banditismo, a corrupção, contra todas as formas de delitos que solapam a cidadania e os direitos humanos em sentido amplo (O GLOBO, 2018, s/p)²⁰.

Nas próximas sessões, será melhor detalhada a tentativa do jornal de despolitizar o acontecimento em questão. Por enquanto, cabe ressaltar a representação feita da parlamentar nos *tweets* analisados. O grande número de publicações sobre homenagens feitas à vereadora cria a imagem de uma personalidade amplamente reconhecida, além da comoção gerada pela brutalidade do crime. O número de reações aos *tweets* dessa categoria confirmam esse entendimento. As chamadas que reportavam notícias sobre os tributos prestados pela atriz Viola Davis e pela cantora

²⁰ A íntegra do editorial está disponível em: <<https://glo.bo/2FQH18L>>. Acesso em 12 ago 2018.



Katy Perry ocupam, respectivamente, o quarto e o quinto lugar em número de envolvimento dos usuários do *Twitter*, no período analisado.

No entanto, apenas dois dos *tweets* refletem a ligação de Marielle a causas sociais. O primeiro foi publicado na data da execução e dizia: “Marielle Franco: negra, moradora da Maré e a quinta vereadora mais votada do Rio”. O segundo, por sua vez, apresentava os seguintes dizeres:

O adeus a Marielle Franco: sob aplausos e forte emoção, familiares, amigos e parlamentares acompanharam o cortejo e se emocionaram ao lembrar da vereadora, que levantava as bandeiras do feminismo e da defesa da população das favelas.

Ainda que essas publicações tenham o mérito de sumarizar a trajetória de Marielle Franco, elas são pontos fora da curva em relação aos demais *posts* de *O Globo* no período analisado. Pode-se questionar o fato de que esta análise está restrita às chamadas do jornal num meio de distribuição virtual com espaço limitado para escrita. No entanto, não se pode desconsiderar que o cenário de hiperconcorrência informativa a que estamos sujeitos força a condensação da singularidade da notícia em formatos cada vez mais limitados (ZAGO, 2009). De modo que os profissionais da imprensa não podem ter seu fazer desalinhado desta realidade.

Além disso, é preciso recordar a debilidade do acesso ao ambiente digital no Brasil. Afinal, apenas 64,7% da população está conectada à internet²¹. Isso significa que mais de 90 milhões de pessoas estão fora da rede. Além disso, não há, até o momento, dados sobre a qualidade tecnológica desse acesso. Entretanto, ao confrontarmos o nível de renda médio da população com o alto custo para acesso qualificado à internet, já é possível traçar um esboço sobre o consumo noticioso que fazemos no meio digital. Com isso, quero dizer que o cenário tecnológico e socioeconômico, acrescenta um novo elemento a ser considerado na produção noticiosa: o fato de que a urgência pelo consumo noticioso está cada vez mais presente. Daí a importância de os *tweets* expressarem a singularidade dos fatos jornalísticos. Afinal, eles serão, talvez, o único contato do internauta com o fato reportado. Sobretudo se considerarmos o histórico de formação cultural e o nível de letramento digital no nosso país.

5.2. O tratamento do crime: assassinato, morte ou execução?

²¹ Informação divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e recuperada de: <<https://glo.bo/2sNlwQq>>. Acesso em 19 ago 2018.



Outra formação discursiva identificada refere-se à leitura que o jornal tem sobre o crime. Nas publicações que abordam o ocorrido, seja reportando a execução ou os desdobramentos da investigação, o crime é tratado como assassinato. O primeiro *tweet* sobre o caso diz: “Vereadora Marielle Franco é assassinada a tiros na região central do Rio”. Outras chamadas, publicadas após o início das investigações, seguem referenciado o crime como assassinato. O uso dessa expressão corrobora o entendimento apresentado por *O Globo*, no editorial destacado na seção anterior. No texto, a visão do jornal é de que se trata de um mais um evento comum, inserido na larga trajetória de criminalidade do estado do Rio de Janeiro. “Importa é que bandidos, com esse assassinato, buscam sinalizar que o poder é deles”, diz o editorial.

A expressão “morte” também foi usada para se referir ao crime. Mesmo as publicações que noticiam protestos e atos de indignação com o ocorrido, usam essa expressão. Trata-se de uma forma de relato que contraria a própria motivação dos protestos e da repercussão que alcançaram. É o que exemplifica a publicação destacada a seguir.



Figura 2 - Publicação sobre manifestações no exterior

Fonte: reprodução da internet, 2018

É importante salientar que a maneira como o jornal reportou o ocorrido nos *tweets* contraria, inclusive, a linha de investigação da Polícia Civil, órgão responsável pelo caso. Poucas horas após o



crime, a instituição já havia pontuado que trataria o evento como execução²². Adotar esse termo para se referir ao crime significa compreendê-lo num contexto específico de conflito político, que foge de eventos do cotidiano, cujas motivações são baseadas em bens materiais ou disputas interpessoais.

Os números sobre a violência a que estão submetidos os ativistas pelos direitos humanos, grupo no qual estava Marielle Franco, nos ajudam a entender esse contexto de conflito político. No ano passado, foram registradas 66 execuções de defensores de direitos humanos (SANTOS & SOUZA, 2017, p. 22). Isso significa que a cada cinco dias, um ativista foi executado no Brasil.

Tendo essa realidade como cenário, não é correto nomear o crime contra Marielle Franco como assassinato ou morte. Assim, entendo que ao adotar essas expressões, *O Globo* exerce a política do silêncio. Nos termos de Orlandi, essa política “se define pelo fato de que ao dizer algo *apagamos necessariamente outros sentidos possíveis*, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada” (ORLANDI, 2007, p. 73, grifo nosso).

5.3. Informações falsas: o que o jornalismo tem a ver com isso?

Eni Orlandi (2007, p. 68) sustenta que “o silêncio é a própria condição da produção de sentido [...]. O silêncio não é o vazio, ou o sem-sentido. Assim ele aparece como lugar ‘diferencial’ da significação: ‘lugar’ que permite à linguagem significar”. É a partir dessa perspectiva que discorro sobre a última formação discursiva destacada para análise: o silenciamento. Essa categoria refere-se ao não-dito sobre a divulgação de informações falsas em relação à vereadora Marielle Franco.

Nos 29 *tweets* selecionados, o tema aparece em apenas duas publicações. A primeira, data do dia 20 de março e revela que uma das autoras das difamações divulgadas é uma desembargadora conhecida por ironizar acusações de assédio sexual. O outro *post*, feito em 22 de março, relata a ordem de suspensão de conteúdos difamatórios sobre Marielle no *Youtube*.

Assim como as duas publicações que sumarizam a trajetória da vereadora, discutidas na seção 5.1, elas não são representativas no conjunto de publicações feitas pelo jornal. Nesse sentido, vale confrontar o número de publicações sobre o assunto, no período analisado, com a quantidade de informação falsa que circulou sobre a vereadora.

²² Informação disponível em: <<https://bit.ly/2QHg7lq>>. Acesso em 19 ago 2018.



Algumas das mentiras difundidas nas redes reportam que Marielle Franco foi casada com o traficante Marcinho VP²³, além de ter sido eleita com apoio do Comando Vermelho²⁴. Quantitativamente, as publicações de *O Globo* não fazem frente nem ao número e nem à gravidade de calúnias difundidas nas redes. Assim, cabe ressaltar que se trata do jornal de maior circulação no Rio de Janeiro. De modo que seu potencial de impacto na produção de sentidos sobre os fatos sociais é muito relevante.

Há que se destacar que a responsabilidade pelo teor dos conteúdos que circulam nas redes deve ser compartilhada, tal como discutimos na seção introdutória, a partir do artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Rui Cádima (2011) já alertou para o fato de que os desafios postos no contexto da cultura digital devem ser observados pelos governos, pela iniciativa privada e pelas instituições de ensino. No entanto, isso não diminui a eloquência do não-dito de *O Globo* sobre o caso, sobretudo no âmbito digital, onde se manifestaram de modo mais evidente os conteúdos ofensivos à memória de Marielle.

Importante ressaltar também a dimensão política do silêncio. Ao se ausentar do debate sobre a difusão de mentiras sobre a vereadora, o jornal nega tanto sua responsabilidade social, assim como sua função elementar: a de informar. Ou melhor, neste contexto, de contra-informar, considerando o compromisso essencial do jornalismo com a verdade, como estabelece o código de ética da profissão (FENAJ, 2007).

A tentativa do jornal de se apartar dessa questão, ao não abordar o tema, é falha desde sua ideia originária. O próprio ato de tornar pública uma informação é uma ação política (PARK, 2008), que por sua vez possibilita outras ações políticas, como destacado anteriormente. Sendo assim, não abordar um tema não resulta na ausência atribuição de sentido sobre ele. Afinal, como lembra Orlandi (2007), mesmo o silêncio é sentido. “O que nos leva a concluir que não se pode estar fora do sentido assim como não se pode estar fora da história (ORLANDI, 2007, p. 92).

6. Considerações finais

A cobertura de *O Globo* sobre a execução de Marielle revela que o jornal atuou para não

²³ Márcio dos Santos Nepomuceno chefiou o tráfico de drogas no Complexo do Alemão, bairro localizado na zona norte do Rio de Janeiro. Foi preso em 1997, acusado de homicídio, formação de quadrilha e tráfico de drogas.

²⁴ O Comando Vermelho é uma organização criminosa que surgiu em 1979 na prisão Cândido Mendes, localizada em Ilha Grande, no estado do Rio de Janeiro e hoje atua em outros estados do país (GLENNY, 2015).



atribuir sentido político ao caso. Embora a representação da vereadora como uma figura simbólica tenha sido evocada em número expressivo de *tweets*, tentou-se desconsiderar as questões políticas envolvidas no crime. Isso se deve ao fato de que as referências ao cargo de vereadora, ocupado por Marielle, tinham caráter protocolar. Ou seja, os textos publicados no *Twitter* não expressaram a singularidade do fato.

Na dimensão tecnológica, essa conduta demonstra um desalinhamento entre a produção jornalística e as particularidades do meio digital. Sendo assim, vale destacar que o contexto de convergência (SALAVERRÍA, 2009) no qual estamos inseridos pressiona a reconfiguração do fazer jornalístico (AGUIAR & BARSOTTI, 2017; ZAGO, 2012; CASTELLS, 1999). Além disso, neste contexto, as redes sociais, tais como o *Twitter*, devem ser vistas não só como suporte de difusão noticiosa, como também espaços para produção jornalística (ZAGO, 2009). A redução das publicações a simples chamadas noticiosas é limitadora tanto do ponto de vista da atuação profissional, como da apreensão de sentidos por parte dos internautas.

No entanto, essas questões também devem ser pensadas na interface com outros campos. Do ponto de vista político, o caráter dos *tweets* de *O Globo* corrobora a visão editorial do periódico, para o qual o evento se soma a trajetória de criminalidade no estado do Rio de Janeiro. Além disso, a tentativa de despolitização ficou evidente no tratamento dado ao crime; referido pelo jornal como assassinato e morte e não como execução.

Neste estudo, também foi possível verificar que o jornal se manteve alheio à campanha difamatória contra Marielle Franco nas redes sociais. Ou seja, o principal jornal do estado em que ocorreu o crime não tomou partido nessa problemática. Essa conduta contraria aquilo que preconiza o código de ética da profissão de jornalista (FENAJ, 2007), no que tange o compromisso com a verdade.

Ainda nesse sentido, é importante ressaltar que observada a nossa vasta trajetória de promoção de linchamentos (MARTINS, 2015), a imprensa deveria canalizar seu potencial para contribuir na desconstrução dessa violência. Sua contribuição seria fundamental não apenas porque se trata de uma instituição que faz parte do processo de construção social da realidade (BERGER & LUCKMANN, 2004), mas também porque seus profissionais, em especial os jornalistas, devem observar os preceitos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, como estabelece o código de ética da profissão.

Além disso, o silenciamento diante da campanha difamatória revela que o jornal não se vê



como parte responsável pelo enfrentamento dos desafios característicos da cultura digital, na qual estamos inseridos. É o oposto do que propõe Cádima (2011), para quem as dificuldades deste contexto devem ser compartilhadas pelo Estado, pela iniciativa privada e pelas instituições de ensino.

Finalmente, vale apontar que a memória de Marielle Franco foi violada duplamente. Num primeiro momento pela campanha difamatória que circulou nas redes sociais. Posteriormente, pela falta de mobilização de esforços para agir na contra-informação e fazer frente às calúnias difundidas. As violações à memória de Marielle Franco representam um ataque direto às causas que ela defendia. Consideramos que o silenciamento em torno do tema é uma quebra do compromisso do jornalismo com a verdade, bem como com a defesa dos direitos humanos. Simbolicamente, essa displicência, por parte jornal, é o que chamamos aqui de (re)execução.

Referências

- AGUIAR, Leonel Azevedo; BARSOTTI, Adriana. A invisibilidade da homepage e as mudanças no modo de leitura das notícias. GT de Estudos de Jornalismo, *Compós*, 2017.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BURKE, Peter. Manipulating the media: a historian's view. *Revista Brasileira de História da Mídia*, v. 7, n. 1, p. 8-19, 2018.
- CÁDIMA, Francisco Rui. Novas convergências digitais: mídia, humanidades de artes. *Revista Novos Olhares. São Paulo, USP*. Vol. 4, nº1, 2015.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da comunicação*. São Paulo: Paz e Terra, 2015.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede: A era da informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CENSO EMPREENDIMENTOS MARÉ, 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/2FrLa38>> Acesso em 31 ago 2018.
- DINIZ, Maria Helena. *Curso de direito civil brasileiro*, volume 1: teoria geral do direito civil. São Paulo: Saraiva, 2012.
- FENAJ. *Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros*. Vitória: Federação Nacional dos Jornalistas, 2007.
- FREITAS, Eliane Tânia. Linchamentos virtuais: ensaio sobre o desentendimento humano na internet. *Antropolítica*, v. 42, p. 140-163, 2017.
- GLENNY, Misha. *O dono do morro. Um homem e a batalha pelo Rio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- MACHADO, Liliane Maria Macedo; SILVEIRA-BARBOSA, Paula Evelyn. #30ContraTodas: a repercussão de um caso de violência de gênero na luta feminista, *Amerika*, v. 16, n. 1, s/p, 2017.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2002.



- MARTINS, José de Souza. *Linchamentos: a justiça popular no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>>. Acesso em 01 set 2018.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de Discurso: princípios & procedimentos*. Campinas: Pontes, 2009.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. A análise de Discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil. In: Seminário de Estudos em Análise de Discurso. Porto Alegre, RS, Brasil, *Anais*, p. 1 -18, 2003.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *As Formas do Silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- PARK, Robert E. A Notícia como Forma de Conhecimento: um capítulo da Sociologia do Conhecimento. In: BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz. *A Era Glacial do Jornalismo*, v. 2. Porto Alegre: Sulina, 2008.
- SALAVERRÍA, Ramón. Mídia e Jornalistas, um futuro em comum?. *Revista Parágrafo*, v. 3, nº 1, p. 79-83. 2015.
- SALAVERRÍA, Ramón. Los medios de comunicación ante la convergencia digital. *Actas del I Congreso Internacional de Ciberperiodismo y Web 2.0*. Bilbao: Servicio Editorial de la Universidad del País Vasco, 2009.
- SANTOS, Layza Queiroz & SOUZA, Alice De Marchi Pereira de (Orgs.). *Vidas em luta: criminalização e violência contra defensoras e defensores de direitos humanos no Brasil*. Curitiba: Terra de Direitos, 2017.
- SÉGUIN, Elida. *Minorias e grupos vulneráveis*. Uma abordagem jurídica. Rio de Janeiro: Forense, 2002.
- SILVA, Roseane Leal da; NICHEL, Andressa; MARTINS, Anna Clara Lehmann; BORCHARDT, Carlice Kolbe. Discursos de ódio em redes sociais: Jurisprudência brasileira. *Revista Direito GV*. vol.7, n.2, São Paulo, p. 445-468, 2011.
- ZAGO, Gabriela da Silva. Da circulação à recirculação jornalística. Filtro e comentário de notícias por integrantes do Twitter. In: XXI Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós), 2012, Juiz de Fora. *Anais... Juiz de Fora: Compós*. Disponível em: <http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1896.pdf>. Acesso em 18 jul 2018.
- ZAGO, Gabriela da Silva. O Twitter como suporte para produção e difusão de conteúdos jornalísticos. *Ciberlegenda*, Niterói, v. 11, n. 21, 2009.

